

REQUERIMENTO

A questão do encerramento dos trilhos para passeios pedestres da Ilha Terceira e a ausência de documentação turística referente a este tipo de turismo tem de tal ordem significado que continua a despertar preocupações nas entidades privadas relacionadas com o turismo e as críticas dos turistas.

De facto, após a realização de investimentos importantes em unidades hoteleiras e estando em curso a construção de outras unidades, nos Concelhos de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, quando se aposta política e tecnicamente no turismo como sector basilar para o desenvolvimento económico da Região e sendo visível que a Ilha Terceira está a fazer um esforço significativo nesse sentido, não é admissível que esteja vedado aos turistas com apetência e gosto pelo conhecimento do território, do relevo, da flora, do ambiente e da ecologia, o acesso aos passeios pedestres pelo interior da ilha percorrendo os trilhos existentes.

Não é aceitável, que tendo-se esgotado a documentação alusiva a estes percursos turísticos e à especificidade deste turismo, que está em franco crescimento na Região e que possibilita um melhor conhecimento das nossas potencialidades e consequentemente funciona como um atractivo peculiar para a visita aos Açores, não tenha sido repostos o stock dos desdobráveis ou panfletos turísticos em questão, para a sua continuada disponibilidade e cedência aos turistas.

Não é também aceitável os argumentos apresentados pelo Governo na tentativa de justificar o encerramento dos trilhos, alegando ser uma situação transitória, que não tinha sido estabelecido com a entidade privada que mantinha a sua limpeza e manutenção a prestação desse serviço ou porque está a ser feito um estudo dos trilhos na Região, para a redefinição dos seus traçados, para garantir a integridade dos seus utilizadores, etc., etc.

Tudo isso e outras iniciativas complementares deverão e poderão ser feitas, mas não são desculpas competentes e credíveis para que os trilhos na Ilha

Terceira, neste Verão de 2003, não estejam nas condições adequadas, no mínimo, nas que existiam nos anos anteriores. É a tentativa não conseguida de justificar o injustificável.

Dirigirem-se a esta ilha turistas, que propositadamente ou não, têm como objectivo visitar a ilha, desfrutá-la em termos turísticos, culturais, ambientais, incluindo no seu programa os passeios pedestres em causa e não satisfazerem os seus planos, é desrespeitar a escolha destes turistas, é frustrar os seus objectivos, é negar um direito que têm, quando muitos deles, foram sensibilizados para virem à Ilha Terceira para fazerem os passeios pedestres pelos trilhos existentes, que constituíram objecto de oferta turística.

Aliás, o que recentemente aconteceu com uma equipa de professores e alunos estrangeiros, que visitaram esta ilha de propósito, para a conhecerem na vertente da investigação no âmbito das suas particularidades ambientais, geológicas, florestais, etc., que desencadeou esta reacção pública visível e compreensivelmente justificável, ficará triste e lamentavelmente gravado na memória destes visitantes, que passarão a outros as suas impressões, o que representa seguramente uma negação e um retrocesso ao esforço do desenvolvimento turístico que está em curso e que urge levar por diante.

Assim, de acordo com os preceitos estatutários e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD eleitos pelo círculo eleitoral da Ilha Terceira, questionam o Governo Regional nos seguintes termos:

- 1) Quais as razões, em concreto, que contribuíram para que os trilhos não tivessem sido devidamente preparados e conservados, com vista a proporcionar aos visitantes neste período do ano, de maior apetência turística, essa oferta turística?
- 2) Se nos anos transactos foi a Associação Espeliológica “Os Montanheiros” a entidade privada que cooperou com o Governo Regional no âmbito do Turismo, na realização da limpeza, manutenção e conservação dos trilhos, através da celebração de um protocolo que garantia essa prestação de serviços a troco de uma compensação

financeira, quais os motivos para que tal não se tivesse verificado no presente ano?

- 3) De acordo com a comunicação social escrita, à Associação “Os Montanheiros”, não chegou qualquer proposta de protocolo, o que agrava ainda mais a presente situação, pelo que se solicita que o Governo informe o porquê de não ter solicitado à instituição a sua cooperação, nem a outra qualquer entidade prestadora deste serviço de interesse público?
- 4) Havendo verbas disponíveis para o efeito e se não as há a responsabilidade será sempre do Governo Regional, porque não foi contactada uma empresa para a realização destes trabalhos, já que o turismo gera receitas públicas que deveriam ser canalizadas também para estas vertentes de interesse turístico?
- 5) As Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia têm-se mostrado, ao longo dos últimos anos, com um grande interesse pelo desenvolvimento do turismo, através de investimentos realizados, da cooperação, do melhoramento e alindamento dos concelhos e das freguesias pelo que, não teria sido uma boa solução o envolvimento das autarquias locais na resolução deste problema?
- 6) Entrados em Setembro e com ainda considerável tempo para a procura turística, que se prolonga até meados do Outono, não será viável ainda para este ano turístico, a recuperação dos trilhos, com a devida urgência, por forma a minimizar estas graves lacunas e os prejuízos pessoais dos turistas e do turismo no seu todo?
- 7) Que acções está o Governo Regional a fazer nesse sentido, já que o Governo e os seus serviços no âmbito do turismo, não podem, nem devem, deixar passar mais tempo sem uma iniciativa conjuntural e urgente no sentido de repor a normalidade desta oferta turística, que não invalidada que tome outras iniciativas de carácter mais estrutural, quanto aos trilhos a nível da Região?

- 8) Tendo em conta o descontentamento dos agentes de turismo e dos turistas, para além das declarações públicas do Secretário Regional da Economia, o que é que foi feito junto dos operadores de turismo, por forma a informá-los das razões da presente situação e como ultrapassá-la, já que todos os operadores e os turistas devem merecer o maior respeito das entidades públicas governamentais?

Angra do Heroísmo, 8 de Setembro de 2003.

Os Deputados Regionais

Bento Barcelos

Clélio Meneses

Raúl Rego